

Os recursos especiais repetitivos como instrumento de uniformização das demandas de massa e o papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça

André Macedo de Oliveira*

Resumo

O artigo cuida de detida análise do recurso especial repetitivo, abordando a sua origem e seus pressupostos. Trata da uniformidade de entendimento para as demandas de massa, da natureza e dos efeitos das decisões do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo. Avalia a aplicação de sanções processuais como medida de concretude das decisões em recursos especiais repetitivos. O artigo é concluído com o propósito do reencontro do STJ com a vontade da Constituição de 1988. Propõe, para tanto, uma pauta de concretização da efetividade dos recursos especiais repetitivos.

Palavras-chave: Recurso especial repetitivo. Demandas de massa. Superior Tribunal de Justiça.

1 A origem e os pressupostos da lei de recursos especiais repetitivos

Em 5 de abril de 2007, o então Ministro de Estado e da Justiça, Tarso Genro, submeteu o Encaminhamento Ministerial 40 ao presidente da República, relativo ao projeto de lei que acrescentaria o art. 543-C ao Código de Processo Civil, Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, “estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça”.

Destaca o encaminhamento ministerial a necessidade de alteração do sistema processual brasileiro com o objetivo de “conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional”, sem, “contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa”. Ressalta que muitas propostas e sugestões para a reforma do processo civil, como do Instituto Brasileiro de Direito Processual, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, de órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do próprio Poder Executivo, são uniformes na necessidade de alteração do Código de

Processo Civil para “conferir eficiência à tramitação de feitos e evitar a morosidade”.¹

Pelo texto encaminhado à Presidência da República, destacam-se os seguintes pressupostos: (i) conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem ferir o contraditório e a ampla defesa e (ii) conferir eficiência à tramitação de feitos e evitar a morosidade.

Esse projeto de lei é fruto da sugestão de Athos Gusmão Carneiro, “com o objetivo de criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda” do Superior Tribunal de Justiça. O encaminhamento ministerial é enfático ao revelar que, em 2005, foram remetidos mais de 210.000 processos ao Superior Tribunal de Justiça, “grande parte deles fundados em matérias idênticas, com entendimento já pacificado naquela Corte”².

Assim, com o objetivo de “amenizar esse problema”, o anteprojeto encaminhado ao presidente da República foi inspirado no procedimento previsto na Lei 11.418/2006 que criou mecanismo para simplificar o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal:

¹O sistema processual civil brasileiro passou de uma visão individualista, consubstanciada no Código de 1973, para um olhar voltado para as demandas coletivas, especialmente, a partir da Constituição de 1988 e da Lei da Ação Civil Pública. Vinte anos após a Constituição, o sistema processual civil brasileiro passou a deparar-se com as demandas de massa e passa-se a uma fase de racionalização do sistema processual com os instrumentos da repercussão geral, da súmula vinculante, da súmula impeditiva de recursos, do art. 285-A do CPC, da turma nacional de uniformização dos Juizados Especiais Federais e dos recursos especiais repetitivos.

²A chamada jurisprudência defensiva, embora não seja objeto da presente reflexão, é uma das formas utilizadas pelo Superior Tribunal de Justiça como medida de *amenizar* a avalanche processual no âmbito do Tribunal. O exemplo do acórdão proferido nos autos do Recurso Especial 1194573/RJ é ilustrativo e preocupante: “Não há como admitir seguimento ao recurso especial, uma vez que o recolhimento do preparo recursal não foi comprovado. No caso, não é possível comprovar o recolhimento das custas judiciais referentes aos autos, pois não consta do campo ‘número de referência’ da Guia de Recolhimento da União-GRU referente às custas judiciais (fl. 655) o preenchimento do número do processo de origem, mas apenas a aposição do número ‘01’, o que torna impossível sua vinculação com o processo ora examinado, caracterizando a irregularidade do ato de preparo [...]”. (DJ 02/08/2010, rel. Min. Luis Felipe Salomão, STJ).

*Doutor e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB. Professor de Direito Processual Civil do UniCEUB e professor voluntário da FD-UnB. Advogado em Brasília.

[...]

7. Conforme a redação inserida no diploma processual pela norma mencionada, em caso de multiplicidade de recurso fundado na mesma matéria, a Corte Suprema poderá julgar um ou mais recursos representativos da controvérsia, sobrestando a tramitação dos demais. Proferida decisão pela inadmissibilidade dos recursos selecionados, será negado seguimento aos demais processos idênticos. Caso a decisão seja de mérito, os tribunais de origem poderão retratar-se ou considerar prejudicados os recursos. Mantida a decisão contrária ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, o recurso seguirá para aquela Corte, que poderá cassar a decisão atacada. 8. Na proposta que submeto a Vossa Excelência, busca-se disponibilizar mecanismo semelhante ao Superior Tribunal de Justiça para o julgamento do recurso especial. 9. De acordo com a regulamentação proposta, verificando a multiplicidade de recursos especiais fundados na mesma matéria, o Presidente do Tribunal de origem poderá selecionar um ou mais processos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Superior Tribunal de Justiça, suspendendo os demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte. 10. Sobrevindo a decisão da Corte Superior, serão denegados os recursos que ataquem decisões proferidas no mesmo sentido. Caso a decisão recorrida contrarie o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, será dada oportunidade de retratação aos tribunais de origem, devendo ser retomado o trâmite do recurso, caso a decisão recorrida seja mantida. 11. Para assegurar que todos os argumentos sejam levados em conta no julgamento dos recursos selecionados, a presente proposta permite ao relator que solicite informações sobre a controvérsia aos tribunais estaduais e admita a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades, inclusive daqueles que figurarem como parte nos processos suspensos. Além disso, prevê a oitiva do Ministério Público nas hipóteses em que o processo envolva matéria pertinente às finalidades institucionais daquele órgão. 12. Estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a anexa proposta ao elevado descortino de Vossa Excelência, acreditando que, se aceita, estará contribuindo para a efetivação das medidas que se fazem necessárias para conferir celeridade aos ritos do processo civil.

Pelo encaminhamento do Ministério da Justiça à Presidência da República, verifica-se que o escopo do projeto de lei baseado na sugestão de Athos Gusmão Carneiro era no sentido de se conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem violar o direito ao contraditório e à ampla defesa. Previu ainda o projeto conferir eficiência à tramitação dos processos, para se evitar a morosidade. Tudo isso com o intuito de amenizar o problema representado pelo

excesso de demanda do Superior Tribunal de Justiça, em grande parte, fundado em matérias idênticas, com entendimento já pacificado pelo Tribunal.

Esse anteprojeto de lei foi apresentado em plenário da Câmara dos Deputados em 30 de maio de 2007, de autoria do Poder Executivo, e autuado como Projeto de Lei 1.213, de 2007. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o parecer do relator, Deputado Maurício Rands, foi no sentido da oportunidade e conveniência do projeto,

[...] vindo ao encontro dos anseios dos jurisdicionados por uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente. Com o volume de processos atualmente existentes nos tribunais, fica impossível julgar com rapidez e eficácia, o que tem produzido a morosidade da justiça e o descontentamento dos jurisdicionados. O Projeto traz inovações salutares, como a simplificação no julgamento de recursos múltiplos, 'cujo fundamento seja idêntico'. Além disso, a possibilidade de oitiva de terceiros interessados no processo fortalece o princípio da segurança jurídica, na prolação da decisão judicial. Todas essas alterações propostas resultarão em aperfeiçoamento da legislação processual vigente, diante do que o meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do Projeto de Lei 1.213/07 e, no mérito, pela sua aprovação [...].

Após o voto do relator, pediu vista dos autos na Comissão o Deputado Regis de Oliveira para examinar possível violação ao direito dos recorrentes, pois a não apreciação do recurso decorrente do sobrestamento poderia haver, *em tese*, violação ao princípio do duplo grau de jurisdição ou a denegação da jurisdição.

Contudo, após análise, concluiu o deputado vistor não ser possível tal violação, eis que a suspensão é temporária até o julgamento do processo pelo Superior Tribunal de Justiça:

Analisando o projeto, vê-se que tal situação não ocorrerá, pois a suspensão é temporária até o julgamento do feito pelo Superior Tribunal de Justiça. Na sequência 'e se a matéria de direito for exatamente igual à submetida a julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça', terá seu seguimento denegado (inciso I do parágrafo 7º do art. 543-C). Em hipótese contrária, a questão será examinada pelo tribunal de origem, 'na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça' (inciso II do art. já mencionado). Afasta-se, assim, qualquer inconstitucionalidade, uma vez que a sujeição do feito à jurisdição estatal não sofrerá qualquer limitação. Ao contrário, o procedimento racionaliza o processamento de inúmeros recursos cuja matéria de direito é idêntica a outros tantos. A apreciação apenas de alguns feitos economiza custos e racionaliza a atividade jurisdicional. À luz do exposto, meu voto acompanha o voto do eminente

deputado Maurício Rands. Sala da Comissão, 2 de outubro de 2007.

Após a tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto seguiu para o Senado Federal – PLC 117/2007, e foi aprovado em 9 de abril de 2008. Em 8 de maio de 2008, foi promulgada a Lei 11.672, com vigência a partir de 8 de agosto de 2008, acrescentando o art. 543-C ao Código de Processo Civil e estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.³

Fátima Nancy Andrichi destaca que é o grande momento de uma Corte Superior de Justiça analisar temas com profundidade nunca antes vista, pois há uma

[...] mobilização que supera em muito a discussão *inter partes*; há a influência dos *amicus curiae*, do Ministério Público, dos próprios Tribunais

³ Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§2º Não adotada a providência descrita no § 1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na Seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.

§7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§8º Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo.

de 2º grau e, necessariamente, a participação das Seções ou da Corte Especial [do STJ].⁴

Esse Tribunal, que tem o papel constitucional de uniformizador da legislação federal, no entanto, julgou 371.618 processos em 2012, ou seja, excluindo-se os meses de janeiro e julho (recesso) e os sábados e domingos, o STJ julgou 1.858 casos, por dia. Considerando os 33 ministros do Tribunal, cada um julgou, em média, 56 processos por dia. Considerando 8 horas de trabalho, cada ministro julgou, em média, 7 processos por hora em 2012.⁵

O papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça de uniformizador da legislação infraconstitucional caminha na contramão dos propósitos alinhados na Assembleia Nacional Constituinte em 1987, bem como nos debates acadêmicos que a antecederam. Os debates dos constituintes caminhavam para uma renovação do Judiciário com a criação de um Tribunal com “competência para a interpretação da lei federal e para a unificação da jurisprudência no conflito entre Tribunais”.⁶

2 Universalidade e uniformidade de entendimento nas demandas de massa

Fátima Nancy Andrichi aponta

[...] que o descasamento entre a capacidade de prestar serviços e a necessidade da população levou-nos a conviver com uma situação de caos e, apesar dos mais severos esforços, o cumprimento das funções institucionais do STJ sempre deixou muito a desejar [...].

O excesso de ações “em torno do mesmo tema era, e ainda é, pernicioso, pois consegue inverter a ordem natural do trabalho dos juizes”. Para Nancy Andrichi, a repetência de idênticos julgamentos aumenta a produtividade individual de cada magistrado,

⁴ ANDRIGHI, Fátima Nancy. Recursos Repetitivos. *Revista de Processo*, v. 35, n. 185, julho, 2010, p. 277.

⁵ Excluindo-se os meses do recesso — janeiro e julho —, foram julgados 1.218 processos por dia no âmbito do STJ em 2012. Considerando os 200 dias úteis do ano, excluindo janeiro e julho e os sábados e domingos, foram julgados 1.858 processos por dia no Superior Tribunal de Justiça.

⁶ Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento), Câmara dos Deputados, publicado em 5 de agosto de 1987, pág. 8. Nessa passagem, Egidio Ferreira Lima destaca ainda a criação dos Tribunais Regionais Federais, “ensejando-se a descentralização do julgamento da matéria recursal concernente à Justiça Federal”. E ainda: “Comandos precisos visam a uma justiça mais rápida e eficiente, ao tempo em que se instituiu juízos especiais mais próximos da população e com processos rápidos.”

“transmitindo a falsa ideia de que são decididas variadas questões de direito”. Os recursos complexos são “relegados a segundo plano” e o trabalho

[...] jurisdicional passa a ser direcionado para atender à demanda de massa de poucos e determinados escritórios de advocacia ou de partes que sobrecarregam o sistema judicial com uma avalanche de recursos [...].

Há, segundo Andrichi, um tratamento desigual dos jurisdicionados.⁷

Com essas considerações, a Lei dos Recursos Especiais Repetitivos levanta a seguinte problematização: há como aplicar uma decisão paradigma em todos os recursos com fundamento em idêntica questão de direito? Ou seja: as demandas no âmbito do sistema processual civil brasileiro têm idêntica questão de direito?⁸

Neil MacCormick entende que as regras não conseguem dirimir todas as controvérsias, ou seja, não resolvem tudo por si mesmas,

[...] pois problemas de classificação, de avaliação, de interpretação, de relevância e de prova podem surgir, e podem ser apontados pelas partes em processos de todos os tipos [...].

Consigna o autor que uma vez problematizada a aplicação do Direito, os problemas que tiverem sido apontados (não importando qual tenha sido a parte a fazê-lo) terão que ser resolvidos. A questão é como resolvê-los.⁹

Os casos não são iguais. Um caso não é igual ao outro, pois não há como uma parte, um cidadão, uma empresa ser igual a outra. Também os fatos não são iguais. Cada qual apresenta suas particularidades. Para MacCormick,

[...] qualquer incidente envolvendo duas ou mais pessoas será diferente de qualquer outro, ao menos no que diz respeito ao lugar e ao tempo, mas também frequentemente em relação às pessoas e a outras circunstâncias.¹⁰

A problematização que se apresenta na lei de recursos repetitivos é no sentido da viabilidade

da aplicação de uma decisão paradigma em todos os recursos com idêntica questão de direito, como dispõe o art. 543-C do CPC. Teori Albino Zavascki, em palestra proferida no 7º Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro, em 24 de setembro de 2010, defendeu não ser possível no cenário jurídico brasileiro que *questões repetitivas, essencialmente de direito*, sejam julgadas individualmente, de forma artesanal.¹¹

Na ocasião, Teori Zavascki destacou como exemplo de *questões repetitivas essencialmente de direito* a decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo a legalidade do repasse de PIS/Cofins ao custo de energia elétrica no Recurso Especial Repetitivo 1.185.070-RS.¹² Essa decisão, segundo Zavascki, sozinha, resolveu questão de direito que afetava cerca de um milhão de ações somente no Estado do Rio Grande do Sul.

A questão jurídica central nesse caso diz respeito à legitimidade do repasse, às faturas de energia elétrica a serem pagas pelos consumidores, do valor correspondente às contribuições do PIS e da Cofins incidentes sobre o faturamento das empresas concessionárias. Entendeu o STJ que o repasse de tributos para o valor da tarifa não segue o regime tributário da responsabilidade tributária, mas sim o edital, o contrato de concessão, os atos de regulação do setor e o Código de Defesa do Consumidor. O repasse tem respaldo no regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, Lei 9.472/1997. Esse entendimento foi embasado em precedente do Superior Tribunal de Justiça no REsp 976.836/RS relativo ao repasse das contribuições do PIS e da Cofins em relação às tarifas de telefonia.

As contas de energia elétrica atingem cidadãos, empresas, órgãos, todos, com suas diferenças, mas a questão de direito é idêntica, qual seja: é legítimo o repasse às faturas de energia elétrica do valor correspondente às contribuições de PIS e da Cofins incidentes sobre o faturamento das empresas concessionárias. Essa é a *ratio* da decisão. Não há súmula. Não há súmula vinculante. Os fatos e as circunstâncias no cotidiano de cada consumidor são diferentes, mas a questão de direito, nesse caso, é idêntica para todos.

⁷ ANDRIGHI, Fátima Nancy. Op. cit., p. 268.

⁸ Dispõe o art. 543-C do CPC: “Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo”.

⁹ MACCORMICK, Neil. *Retórica e Estado de Direito*. Tradução Conrado Hübner Mendes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 105.

¹⁰ Ibid., p. 106.

¹¹ Palestra proferida no Auditório do Superior Tribunal de Justiça em 24 de setembro de 2010.

¹² Decisão publicada no DJe de 27/09/2010.

A *ratio* é a diretriz para a uniformidade de entendimento nas demandas de massa.¹³ É a diretriz do acórdão paradigma. Na doutrina dos precedentes, tem-se a *ratio decidendi* (*holding*) com várias definições. Neil MacCormick aponta a *ratio decidendi* como uma

[...] justificação formal explícita ou implicitamente formulada por um juiz, e suficiente para decidir uma questão jurídica suscitada pelos argumentos das partes, questão sobre a qual uma resolução era necessária para a justificação da decisão do caso [...].¹⁴

Nessa esteira, Jorge Amaury Maia Nunes destaca as cinco definições mais comuns na literatura jurídica inglesa, que mostram, segundo o autor, a dimensão da dificuldade na prática que esse tema pode assumir:

a) a regra de direito explicitamente estabelecida pelo juiz como base de sua decisão, isto é, a resposta explícita à questão de direito do caso; b) a razão explicitamente dada pelo juiz para decisão, isto é, a dada pelo juiz para decisão, ou seja, a justificação explícita para a resposta dada à questão do caso; c) a regra de direito implícita nas razões do juiz para justificação de sua decisão, isto é, a resposta implícita à questão de direito do caso; d)

a razão implicitamente dada pelo juiz para decisão, isto é, a justificação implícita para a resposta dada à questão do caso; e) a regra de direito na qual se fundamenta o caso ou se cita como autoridade para um posterior intérprete, isto é, a resposta dada à questão de direito do caso.¹⁵

Identificada a *ratio*, vê-se que em todas essas demandas, que no caso são demandas de massa¹⁶, identifica-se uma universalização. Há uma uniformidade nesse ponto específico — repasse para as faturas de energia elétrica do valor correspondente às contribuições de PIS e da Cofins — que é repetido em inúmeras ações e requerem uma uniformização. É a universalização das idênticas questões de direito para as demandas de massa por meio dos recursos especiais repetitivos. Não há que se questionar, nas milhares

¹³ Zygmunt Bauman aponta que “a informação agora flui independente dos seus portadores; a mudança e a rearmadura dos corpos no espaço físico é menos que nunca necessária para reordenar significados e relações”. É o tempo da velocidade das transformações e do consumo imoderado. A arquitetura dos shoppings é elaborada de modo a manter as pessoas em circulação, “olhando ao redor, divertindo-se e entretendo-se sem parar” com inúmeras atrações, mas não, segundo Bauman, “para encorajá-las a parar, a se olhar e conversar, a pensar em analisar e discutir alguma coisa além dos objetos em exposição”. Ou seja, “não são feitos para passar o tempo de maneira comercialmente desinteressada [...]” (*Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, pp. 26-33).

¹⁴ MACCORMICK, *Retórica e Estado de Direito*, pp. 203-204. Prossegue MacCormick que a *ratio* “é uma função da decisão e da justificativa oferecidas por um juiz para tal decisão. Desse modo, podem existir múltiplas *rationes*. Um juiz pode achar necessário formular uma solução em mais de um ponto em questão. Além disso, uma Corte de Apelações, com vários juízes, pode haver várias *rationes*, e se os juízes produzem votos concorrentes ou dissidentes, diferentes juízes podem tomar diferentes linhas mesmo que em favor da mesma decisão concreta entre as partes do caso. Em alguns casos, muitos juízes podem convergir numa opinião majoritária comum. Em outros, pode ser possível construir uma única solução composta, enquanto produto lógico das muitas *rationes* dos juízes. Em outros, ainda, não haverá uma *ratio* comum de um caso julgado por um tribunal colegiado. Haverá um conjunto de soluções possíveis para a questão, cada uma com justificativas que a apoiam como a melhor para este caso e outros semelhantes. Pode-se dizer que, se todas oferecidas são mutuamente consistentes, todas deveriam ser seguidas ao menos no sentido de não serem contraditadas no futuro. Isso provavelmente não permitirá, porém, muita coerência ao longo do tempo e, nesse sentido, todas devem ser consideradas persuasivas, e cortes futuras serão livres para desenvolver qualquer uma à luz de novas considerações”.

¹⁵ NUNES, Jorge Amaury Maia. *Segurança jurídica e súmula vinculante*. São Paulo: Saraiva, 2010. – (Série IDP), pp. 124-125. Cf. ainda: TARUFFO, Michele. Precedente e giurisprudenza. *Revista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 61, n. 3, sett. 2007, p. 715: “In proposito la dottrina del precedente distingue tra *ratio decidendi*, ossia la regola di diritto che è stata posta a diretto fondamento della decisione sui fatti specifici del caso, e *obiter dictum*, ossia tutte quelle affermazioni ed argomentazioni che sono contenute nella motivazione della sentenza ma che, pur potendo essere utili per la comprensione della decisione e dei suoi motivi, tuttavia non costituiscono parte integrante del fondamento giuridico della decisione”.

¹⁶ Demandas de massa são relações processuais com intensa atuação negocial repetida compõem novas partes no polo passivo das demandas, como as instituições financeiras, os estabelecimentos de ensino, as empresas de telefonia, os órgãos governamentais e as entidades de saúde. No âmbito público e privado, as demandas de massa chegam ao Poder Judiciário brasileiro, caracterizadas com teses tributárias, administrativas, previdenciárias, cíveis e consumeristas. Dados do Conselho Nacional de Justiça apontam que, em 2010, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) era responsável por 43,1% dos processos em curso na Justiça Federal. A Caixa Econômica Federal (CEF) era responsável por 18,2%. Também em 2010, na lista dos cem maiores litigantes da Justiça Estadual figuravam o Banco do Brasil, o Banco Bradesco, o Banco Itaú, a Brasil Telecom e o Banco Santander. (CNJ: 100 maiores litigantes. Brasília, Março de 2011. <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em 8 ago. 2011). Em 2011, tramitavam no Poder Judiciário brasileiro cerca de 90 milhões de ações. Relatório do Conselho Nacional de Justiça, Justiça em números de 2011. (<<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em 28 out. 2012). Nicola Picardi e Dierle Nunes dimensionaram três tipos de litigiosidade no sistema jurisdicional brasileiro. A “individual ou de varejo”, relativas a lesões e ameaças a direitos isolados. O processo coletivo, que trata da “litigiosidade coletiva”, geralmente patrocinado por legitimados extraordinários, como a ação civil pública (Lei 7.347/1985) e as ações coletivas do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) e, por fim, a litigiosidade “em massa ou de alta intensidade”, que ensejam ações repetitivas ou seriais, “com especificidades”, mas que apresentam questões comuns para a resolução da causa (PICARDI, Nicola e NUNES, Dierle. O Código de Processo Civil Brasileiro: Origem, formação e projeto de reforma. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 48, 190 abr./jun., 2011, p. 102).

de ações no Estado do Rio Grande do Sul, sobre essa incidência de PIS e da Cofins. Os fatos devem ser apreciados pelos magistrados de primeiro e segundo grau. A questão de direito já está uniformizada pelo Superior Tribunal de Justiça.¹⁷ Assim, a provocação inicial deste texto, não contemplada na lei que instituiu os recursos especiais repetitivos, é concreta. Há matérias e recursos múltiplos com idêntica questão de direito.

Com apoio em MacCormick, Michele Taruffo advoga que decisão proferida em “precedente” seja “universalizável”.¹⁸ O que se verifica nos recursos especiais repetitivos, na linha de MacCormick, é a universalização de casos para certas classes, ou para aqueles que satisfazem “certos predicados”. Uma proposição normativa universal, por exemplo, de que “toda mãe deve criar e cuidar de todos os seus filhos” não tem caráter absoluto. Segundo MacCormick,

[...] há casos emblemáticos envolvendo a incapacidade autoinfligida de uma mãe natural cuidar adequadamente de seu filho, ou casos em que ela deseja dar seu filho para adoção, ou casos de trocas de crianças, ou problemas envolvendo acordos de gravidez substituta. Isso nos mostra que o princípio de atribuição dos bebês às suas mães naturais deixa de se aplicar, porque relações e circunstâncias adicionais se puseram em jogo de modo a fazer diferença em relação àquilo que parece ser um julgamento apropriado.¹⁹

Para cada caso há uma decisão. Contudo, não cabe ao Poder Judiciário quedar-se inerte na uniformização do entendimento relativo à matéria com idêntica questão de direito.

Esse é o propósito da Lei de Recursos Especiais Repetitivos, alinhado ao papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça de uniformização da legislação federal no Brasil. Como já referido por Teori Zavaski, essa decisão paradigma do STJ em matéria idêntica atingiu cerca de um milhão de processos somente no Estado do Rio Grande do Sul. Isso, por

si, corrobora para a tese da universalização, na linha exposta por MacCormick. O Superior Tribunal de Justiça, no papel constitucional de uniformizador da interpretação da legislação infraconstitucional federal, ganha especial destaque com as definições dos paradigmas para as demandas de massa tratadas como teses nos recursos especiais repetitivos.

3 A natureza e os efeitos das decisões do Superior Tribunal de Justiça em recursos especiais repetitivos

A Companhia de Telecomunicações do Brasil Central S/A – CTBC ajuizou a Reclamação 4.618/MG²⁰ no Superior Tribunal de Justiça, em setembro de 2010, contra a Terceira Turma Recursal do Juizado Especial de Uberlândia-MG por este ter deixado de aplicar a Súmula 356/STJ²¹ ao fundamento de não ser a Súmula do STJ vinculante:

A súmula 356 do STJ não é vinculante e, já tendo esta 3ª Turma exarado sua decisão, deve a mesma ser MANTIDA pelas razões ali expendidas e, face ao entendimento do STF, de que o mérito da causa está circunscrito à legislação infraconstitucional, não tendo a Requerida interposto recurso especial, entendo ter a decisão desta Turma transitado em julgado. Assim, devolvam-se os autos à Comarca de origem [...].

A reclamação ao Superior Tribunal de Justiça foi acolhida por inexistir órgão uniformizador no âmbito dos juizados estaduais, circunstância que inviabiliza a aplicação da jurisprudência do STJ. Nesse caso, há o risco de manutenção de decisões divergentes quanto à interpretação da legislação federal, gerando insegurança jurídica e uma prestação jurisdicional incompleta, em decorrência da inexistência de outro meio eficaz para resolvê-la, segundo análise do Min. Mauro Campbell, relator no STJ, baseando-se em decisão do Supremo Tribunal Federal consubstanciada no Recurso Extraordinário 571.572 (Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 27/11/2009).

As decisões proferidas em recursos especiais repetitivos não se consolidam, necessariamente, em súmulas no Superior Tribunal de Justiça. E

¹⁷ Não se defende aqui um engessamento dessas decisões paradigmas em recursos especiais repetitivos, como adiante se demonstrará.

¹⁸ TARUFFO, Precedente e giurisprudenza, pp. 710-711: “Per altro verso, e si tratta forse del profilo più rilevante, la decisione resa sul caso precedente può spiegare effetti in qualche modo prescrittivi o normativi sulla decisione del caso successivo soltanto a condizione che dal precedente specifico possa derivarsi una regola applicabile anche ad altri casi, ossia – per dirla con MacCormick – a condizione che la decisione formulata in diritto sul caso precedente sia universalizzabile”.

¹⁹ MACCORMICK, op. cit., p. 117.

²⁰ Nesse mesmo sentido, as Reclamações 3918 e 3924, movidas pela Telemar Norte Leste S/A em face, respectivamente, da terceira turma recursal mista de Campina Grande/PB e terceira turma recursal cível e criminal de Salvador/BA.

²¹ A Súmula 356 do STJ define como legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa.

também estas não têm efeito vinculante, como, nesse sentido, decidiu a Terceira Turma Recursal do Juizado Especial de Uberlândia-MG. Também não têm efeito vinculante as decisões emanadas em recursos especiais submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Não há disposição expressa no texto constitucional e tampouco na legislação infraconstitucional. Com esse cenário, qual a natureza das decisões em recursos especiais repetitivos? Quais os efeitos dessas decisões?

Embora não exista expressa disposição legal sobre a vinculação ou a obrigatoriedade do respeito às decisões em recursos especiais repetitivos, o que se defende é a implícita vinculação para as decisões proferidas nesses procedimentos. Isso se dá pelo exposto papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça, na qualidade de uniformizador da legislação infraconstitucional e dos propósitos estampados na lei que instituiu os recursos especiais repetitivos, assim como das leis que alteraram os arts. 285-A e 518, § 1º, do CPC, que protagonizaram o papel de uma jurisprudência consolidada e uniforme.²²

Essa consolidação e uniformização se acentuam diante das chamadas demandas de massa. Como apontado, em todas essas demandas, identifica-se uma universalização, uma multiplicidade de questões de direito que requerem uma uniformização. Reitere-se: é a universalização das idênticas questões de direito para as demandas de massa por meio dos recursos especiais repetitivos; é a universalização, conforme MacCormick, de casos para certas classes, ou para aqueles que satisfazem “certos predicados”²³.

Para Calmon de Passos, a jurisprudência dos tribunais superiores sempre vinculou. Em se tratando de decisão de tribunal superior “em sua plenitude e com vistas à fixação de um entendimento que balize seus próprios julgamentos”, o tribunal “impõe diretrizes para seus julgamentos e necessariamente as coloca, também, para os julgadores de instâncias inferiores”. A força vinculante das decisões de Cortes

superiores é “essencial e indescartável”, sob pena de retirar-se desses tribunais justamente a função que os justifica. Adverte Calmon de Passos pouco importar o nome dessas decisões, como “súmulas, súmulas vinculantes, jurisprudência predominante ou o que for”. Elas obrigam. Obrigam a todos

[...] em favor da segurança jurídica que o ordenamento deve e precisa proporcionar aos que convivem no grupo social, como o fazem as normas de caráter geral positivadas pela função legislativa.²⁴

A consolidação do efetivo papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça necessita da observância seletiva dos ministros. É para o que Ovídio Baptista chamava a atenção em 1999 como “competência seletiva”. Para as cortes superiores cumprirem sua função primordial,

[...] é indispensável que se lhes dê competência seletiva, permitindo-lhes escolher, entre o número de processos que lhes são encaminhados, aqueles que, pelo grau de relevância para o sistema, mereçam sua apreciação [...].²⁵

Essa advertência de Ovídio Baptista da Silva vai ao encontro das balizas que devem ser observadas na aplicação e efetivação da lei de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça. Não há espaço para julgar tudo que chega à Corte. Como as estatísticas processuais revelam, as demandas no âmbito do STJ vêm aumentando anualmente e, ao contrário do Supremo Tribunal Federal, não há qualquer sinal de estagnação. É preciso unificar as questões de direito e um critério seletivo dos casos repetitivos nos tribunais estaduais e federais se faz necessário, com vista à unidade do direito. Essas decisões valem por seus pressupostos, por seus fundamentos, identificando a *ratio decidendi*.

²² A adoção de tese firmada em recurso especial repetitivo é imediata, segundo decidiu a Segunda Turma do STJ, em outubro de 2012, sendo desnecessário o trânsito em julgado da decisão proferida em recurso especial submetido ao rito do art. 543-C do CPC para adoção da tese nele firmada. Em efeitos concretos, isso corrobora com a concretização da tese analisada pelo STJ. Decisão proferida no *EDcl no AgRg no Ag 1.067.829/PR*, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 09/10/2012. Cf. nesse mesmo sentido os seguintes precedentes: *AgRg no REsp 1.218.277/RS*, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, *DJe* 13/12/2011; *AgRg no REsp 1.095.152/RS*, Rel. Min. Laurita Vaz, *DJe* de 27/09/2010; *AgRg no AREsp 175.188/SC*, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, *DJe* 22/08/2012.

²³ MACCORMICK, op. cit., p. 117.

²⁴ PASSOS, J. J. Calmon. Súmula vinculante. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, v. 9, n. 1, jan./mar. 1997, pp. 163-176. A ponderação de Calmon de Passos no mesmo texto também é oportuna: “E isso eu percebi muito cedo, quando, falando para juízes federais sobre a irrecusabilidade da força vinculante de algumas decisões de tribunais superiores, um deles, jovem, inteligente, vibrante, me interpelou: Professor Calmon, e onde fica a minha liberdade de consciência e o meu sentido de justiça? Respondi-lhe, na oportunidade, o que aqui consigno. Essa mesma pergunta não seria formulável, validamente, pelos que, vencidos, sofrem os efeitos da decisão que lhes repugna o senso moral e lhes mutila a liberdade? Por que os juízes poderiam nos torturar e estariam livres de ser torturados por um sistema jurídico capaz de oferecer alguma segurança aos jurisdicionados?”

²⁵ SILVA, Ovídio A. Baptista da. A função dos tribunais superiores. In: *STJ 10 anos: obra comemorativa 1989-1999*. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999, pp. 160-161.

A principal função do Superior Tribunal de Justiça é definir a interpretação do direito federal. Essa advertência de Luiz Guilherme Marinoni, na qual se evitará que cada estado da federação trate da lei federal *a seu gosto*, é fundante, pois, embora o STJ tenha “missão bastante nítida, a sua prática é incapaz de permitir a realização da função que lhe foi atribuída pela Constituição Federal”. Isso ocorre, consoante Marinoni, não em razão dos precedentes do STJ não terem força vinculante sobre os tribunais regionais federais e estaduais, mas pelo fato de os precedentes do STJ não terem sequer “força persuasiva” sobre os tribunais que lhe são inferiores.²⁶

O termo destacado pelo Poder Constituinte, no seu papel de “fundar o Ordenamento Jurídico” e permanecer como referencial para as demais normas²⁷, no art. 105, inciso III, da Constituição de 1988, é objetivo ao estabelecer a competência do Superior Tribunal de Justiça para rever as decisões que contrariarem tratado ou lei federal ou negarem-lhes vigência, julgarem válido ato de governo local contestado em face de lei federal e derem à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. Ora, se cabe ao STJ uniformizar a interpretação da lei federal e, em determinados casos, cassar a interpretação destoante, as suas decisões devem, no mínimo, ser consideradas pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados.²⁸

Marinoni pondera que é “tranquilamente possível” sustentar que as decisões do Superior Tribunal de Justiça “devem ter efeito vinculante sobre os juízes e tribunais inferiores”. Segundo Marinoni, essa advertência não é viável em termos concretos e práticos, atualmente, “em razão de a importância das decisões não ser assimilada pela cultura jurídica brasileira”. Se não há

[...] cultura de respeito aos precedentes, ou melhor, se as próprias Turmas do Superior Tribunal

de Justiça não se vinculam às suas decisões, elimina-se de forma natural, a autoridade ou a força obrigatória dos seus precedentes em relação aos tribunais inferiores.²⁹

Feito esse percurso, o que se vincula nas decisões do Superior Tribunal de Justiça? O que é um precedente no âmbito do STJ? E o que se entende por jurisprudência consolidada?

Michele Taruffo destaca que pesquisas desenvolvidas em vários sistemas jurídicos comprovam que a referência ao precedente não é, há tempos, uma característica peculiar do sistema *common law*. Essa referência está em quase todos os sistemas, incluindo-se os do *civil law*.³⁰ Também MacCormick destaca pesquisa realizada em um projeto dedicado ao estudo comparativo referente à interpretação de leis e precedentes abarcando vários sistemas jurídicos diferentes nas décadas de 80 e 90, incluindo os sistemas do *civil law* e do *common law*. A partir dessa pesquisa, MacCormick apontou “categorias de argumentos interpretativos” nas quais inserem os “argumentos a partir de precedentes” como argumentos sistêmicos.³¹

Para trabalhar essas categorias, MacCormick utiliza o caso *Dunnachie v Kingston-upon-Hull city Council*³², julgado pela Câmara dos *Lords* em 2004, no qual se discutem direitos de empregado com base em dispositivos legais do *Employment Rights Act de 1996*. Nesse texto legal, o contexto da palavra “dano” inclui as perdas pecuniárias e/ou também perdas não pecuniárias, em razão de demissão de empregado que afirmara ter sofrido humilhação e angústia. O julgado desse caso *Dunnachie*, para MacCormick, traz o sentido “claro da palavra dano” de modo a excluir danos não econômicos. Ressalta MacCormick que, conforme acentuou um dos julgadores do caso, há o “sentido ordinário e o “sentido técnico” quando as leis lidam com matérias próprias a certos campos de especialidade.³³

²⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*. Curitiba, n. 49, 2009, p. 52.

²⁷ Cf. BRITTO, Carlos Ayres. *Teoria da constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 123.

²⁸ Nesse sentido, Luiz Guilherme Marinoni é enfático ao afirmar que “a suposição de que os juízes e tribunais podem decidir sem considerar os precedentes do Superior Tribunal de Justiça não se coaduna com tal norma constitucional.” MARINONI, Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, n. 49, 2009, p. 53.

²⁹ Cf. do autor Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, n. 49, 2009, p. 53.

³⁰ TARUFFO, Precedente e giurisprudenza, pp. 709-725.

³¹ Pretende-se nessa passagem da tese, de forma pontual, trazer a compreensão de Neil MacCormick sobre os precedentes. Esses estão compreendidos dentro de uma concepção mais ampla, categorizados como argumentos sistêmicos. MACCORMICK, *Retórica e Estado de Direito*, cap. 8.

³² Disponível em: <<http://www.publications.parliament.uk/pa/ld200304/ldjudgmt/jd040715/dunn-1.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

³³ A referência ao caso *Dunnachie* é no sentido de se destacar em

Os argumentos sistêmicos, para Neil MacCormick,

[...] são aqueles que funcionam no sentido de prover uma compreensão aceitável do texto legal visto particularmente em seu contexto como parte de um sistema jurídico [...].

Há sempre um contexto jurídico relevante para cada parte da lei. A lei é um elemento do sistema jurídico na sua totalidade. Nesse sentido, o autor destaca a harmonização jurídico-contextual; os argumentos a partir de precedentes; os argumentos por analogia; os argumentos conceituais; os argumentos a partir de princípios gerais; e os argumentos a partir da história.³⁴

Os argumentos a partir de precedentes, na análise de MacCormick, são aqueles nos quais os dispositivos legais submetidos à interpretação judicial da Corte deverão ser interpretados nos casos futuros de acordo com essa mesma interpretação. Destaca o caso *Dunnachie* no qual o argumento a favor do Sr. Dunnachie, no sentido de estender o conceito de “dano” incluindo os danos psicológicos ou aqueles causados aos “sentimentos” do empregado, é sustentado por um dos julgadores da Câmara dos *Lords* com base em um precedente.

A extensão do conceito de dano para inclusão de danos psicológicos ou causados aos “sentimentos do empregado” foi parcialmente baseada em uma afirmação de um magistrado em outro caso no qual se discutia a amplitude do conceito e aplicação de “dano”.³⁵ Contudo, em outro momento, a Câmara dos *Lords* concluiu que essas observações seriam *obiter dicta*. Observa Neil MacCormick que

[...] a referência a um precedente depende de doutrinas sistêmicas particulares sobre quando os precedentes são vinculantes, quando são persuasivos apenas, e a respeito de quais elementos são tanto vinculantes quanto persuasivos [...].³⁶

Os argumentos interpretativos, segundo MacCormick, apresentam considerável complexidade, uma vez que podem ser argumentos de muitos tipos, “cada

qual capaz de gerar uma interpretação para um dado texto que será distinta em relação à gerada por outro argumento possível”.³⁷ Nas disputas jurídicas, argumentos de todos esses tipos são materiais disponíveis para aqueles que queiram contestar o sentido de um texto. Ao final, avalia que

[...] é tarefa do juiz ou do tribunal encontrar uma conclusão, decidindo em relação a todo o contexto de qual interpretação deveria prevalecer (e, portanto, qual irá prevalecer) com base em quais razões [...].³⁸

Vê-se, aqui, diferentemente do que se pretende no presente texto, que os precedentes são utilizados como meios argumentativos para novos casos, neles se considerando os aspectos de fato e de direito das demandas. O que se defende neste trabalho é o precedente do Superior Tribunal de Justiça a partir do procedimento do recurso especial repetitivo para as demandas de massa. MacCormick indica que, além de doutrinas sobre o “precedente”, precisamos de “teoria do precedente”. Sem um entendimento teórico dos precedentes (e de conceitos-chave como o de *ratio decidendi*) não podemos implementar nenhuma doutrina jurídica do precedente. Para o autor, as teorias do precedente podem ser caracterizadas como formalistas, na qual a *ratio* é “relativamente fixa a determinada ou ao menos determinável” e cética, a qual poderá significar “qualquer coisa que o intérprete desejar”.³⁹

Assim como na linha do que se propõe neste estudo, ou seja, a *ratio* como “relativamente fixa”, MacCormick comunga da teoria formalista, sem, contudo, engessar e tratar os precedentes como decisões sujeitas à revisão, e não como fixas e vinculantes. Segundo o autor, as doutrinas dos precedentes são variadas em diferentes sistemas jurídicos ou em diferentes épocas, como a doutrina do precedente vinculante pode indicar que “cada decisão de cada tribunal vincula estritamente qualquer outro tribunal de nível semelhante ou inferior na hierarquia dos tribunais”. Por outro lado, indica MacCormick que uma doutrina do precedente persuasivo pode apontar que “tribunais atribuam peso persuasivo maior ou

MacCormick a constante utilização de casos e precedentes para o embasamento de todas as categorias que ele próprio apresenta. Não se pretende no trabalho tratar dessas categorias alinhadas por MacCormick, mas sim demonstrar o entendimento do autor sobre os precedentes.

³⁴ A referência à classificação de Neil MacCormick no texto tem por objetivo mostrar o contexto no qual MacCormick insere os precedentes judiciais.

³⁵ MACCORMICK, op. cit., p. 171.

³⁶ Ibid., p. 171.

³⁷ Ibid., p. 182.

³⁸ Ibid., p. 183.

³⁹ Op. cit., pp. 170-183.

menor para linhas decisórias de tribunais de nível semelhante ou superiores”.⁴⁰

Jorge Amaury Maia Nunes destaca do sistema do *common law* o *binding precedent* (precedente vinculante) e o *persuasive precedent* (precedente de natureza meramente persuasória). O *binding precedent* é aquele proferido “por órgão da jurisdição hierarquicamente superior àquele que vai julgar o caso futuro e que dele não se poderá afastar”, ressalvadas as hipóteses de inaplicação do precedente, como o *distinguishing* ou o *overruling*.⁴¹ Tem-se um precedente de natureza persuasiva quando

[...] (a) não se tratar de decisão de última instância a que esteja vinculada a corte que vai aplicá-lo; ou (b) quando se tratar de decisão de corte de outro sistema judiciário, tal como a corte de última instância estadual de Estado dos Estados Unidos diferente daquele em que tramita o processo no qual se quer utilizar o precedente [...].⁴²

Apresentada a moldura dos precedentes vinculantes e persuasivos, não há que se falar em ausência de disposição expressa específica sobre o efeito vinculante ou persuasivo das decisões proferidas em recursos especiais repetitivos. O papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Carta de 1988, de uniformizador da legislação infraconstitucional é, de fato, o comando para que os magistrados das Justiças Estadual, Federal e do Distrito Federal e Territórios sigam a interpretação infraconstitucional dada. Calmon de Passos aponta a força vinculante das decisões das Cortes superiores ou perde-se o caráter de Corte uniformizadora. Segundo ele, pouco importa o nome dessas decisões.⁴³ Marinoni advoga na mesma linha o efeito vinculante, mas aponta a ausência de uma cultura jurídica no Brasil. Sem cultura jurídica, sem respeito aos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, elimina-se a força obrigatória dos precedentes em relação às cortes inferiores.⁴⁴

⁴⁰ Ibid., p. 193.

⁴¹ Segundo Jorge Amaury Maia Nunes, “a corte de justiça, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, está autorizada a não aplicar o precedente, seja porque realmente não se ajusta ao caso concreto (*distinguishing*), seja porque o precedente não mais satisfaz aos ideais de justiça da época e merece ser revogado (*overruling*)”. NUNES, *Segurança jurídica e súmula vinculante*, p. 126.

⁴² NUNES, *Segurança jurídica e súmula vinculante*, p. 125.

⁴³ Súmula vinculante. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, v. 9, n. 1, jan.-mar. 1997, pp. 163-176.

⁴⁴ MARINONI, Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil, p. 53.

As decisões do Superior Tribunal de Justiça em recursos especiais repetitivos devem ser observadas pelas cortes regionais e estaduais. O comando da Constituição de 1988 é claro quanto ao papel de uniformizador da legislação infraconstitucional.⁴⁵ Não se trata de efeito vinculante ou persuasivo. Essas decisões, contudo, são sujeitas à revisão. Não são decisões fixas e fechadas. Como adverte MacCormick, o direito jurisprudencial deve ser, “de alguma maneira, aberto e flexível no decorrer do tempo”.⁴⁶ Isso, contudo, não aponta para que os magistrados das Cortes Estaduais e Federais no Brasil deixem de seguir a interpretação já balizada pelo STJ.

4 A aplicação de sanções processuais como medida de concretização das decisões em recursos especiais repetitivos

Teori Zavascki entende que é necessária a adoção de medidas no sentido de valorizar “a evidente e especial eficácia expansiva que decorre dos precedentes do STJ, formados pelo sistema do art. 543-C do CPC”. Zavascki salienta a necessidade de esses precedentes serem

⁴⁵ Além do art. 105, inciso III, da Constituição de 1988, que estabelece a competência do STJ para rever as decisões que contrariarem tratado ou lei federal ou negarem-lhes vigência, julgarem válido ato de governo local contestado em face de lei federal e derem a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal, a Emenda Constitucional 45/2004 acrescentou ao rol dos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988 o princípio da duração razoável do processo bem como o da celeridade da sua tramitação (Art. 5º, LXXVIII). Ou seja, há uma unidade no Texto Constitucional. Para Canotilho, o princípio da unidade obriga o intérprete a considerar a constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar: “o princípio da unidade da constituição ganha relevo autônomo como princípio interpretativo quando com ele se quer significar que a Constituição deve ser interpretada de forma a evitar contradições (antinomias, antagonismos) entre as suas normas. Como ‘ponto de orientação’, ‘guia de discussão’ e ‘factor hermenêutico de decisão’, o princípio da unidade obriga o intérprete a considerar a constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar. Daí que o intérprete deva sempre considerar as normas constitucionais não como normas isoladas e dispersas, mas sim como preceitos integrados num sistema interno unitário de normas e princípios.” CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra, Almedina, 2000, pp. 1.096-1.097.

⁴⁶ MACCORMICK, *Retórica e Estado de Direito*, p. 195. Consigna o autor: “Para que haja razão suficiente que justifique não seguir um precedente, seria necessário mostrar que a nova decisão é mais coerente com a linha central do desenvolvimento jurídico, que seria mais justa do que a decisão do precedente ou que produziria consequências preferíveis àquelas que seriam geradas pela adoção do(s) precedente(s) em questão” (p. 199).

[...] imunizados contra ataques infundados ou meramente protelatórios, sob pena de tornar letra morta os preceitos normativos que revestiram ditos precedentes de autoridade superior [...].⁴⁷

Ovídio A. Baptista da Silva advertia já em 1998 do exagero na utilização dos recursos, destacando, entre outras razões, o interesse das elites dominantes em que a função judiciária não seja efetiva e, ainda, como causa principal,

[...] para a sedução que os recursos exercem sobre nós, decorre da circunstância de praticarmos a ‘ética do perdedor’, a lógica do litigante que – temendo perder, mesmo crendo ter razão – passa a confiar nos recursos como remédio milagroso que o salvará de um magistrado em que ele, por sua submissão ao paradigma, não pode confiar [...].⁴⁸

Essa advertência de Ovídio A. Baptista da Silva aponta para que os profissionais do Direito passem por um processo de “desintoxicação”. Ressalta que uma longa tradição alicerçada no Código de Processo Civil de 1973

[...] viciou-nos em recursos, sendo indispensável que passemos por um processo de ‘desintoxicação’, para afinal recuperar o autêntico sentido do remédio excepcional que o instituto deve preservar; abandonando o caminho, hoje amparado e estimulado pelo sistema, que o transformou em expediente natural, a ser livremente – sem qualquer ônus adicional – utilizado pelo sucumbente [...].⁴⁹

O Código de Processo Civil adota medidas contra recursos infundados ou meramente protelatórios. O CPC contempla ainda mecanismos processuais aptos a impedir o abuso na interposição de recursos, muitas vezes, motivados pela não observância do papel constitucional do STJ ou por avaliá-lo como terceira instância recursal e não como Corte de natureza extraordinária. O disposto nos arts. 14, III, e 17, VII, do CPC destaca a sanção de natureza pecuniária nas hipóteses de formulação de pretensões cientes de que são destituídas de fundamento e a litigância de má-fé em casos de interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório.

Nessa esteira, preveem ainda os arts. 545 e 557, § 2º, do CPC sanções de natureza pecuniária ao recorrente quando seu recurso for manifestamente inadmissível ou infundado, condicionando, ainda, eventual interposição de outro recurso ao pagamento da multa. Não é diferente a interposição de embargos de declaração com propósito manifestamente protelatório, quando o CPC traz previsão de condenação em multa de até 1% sobre o valor da causa e, em caso de reiteração de embargos protelatórios, a multa poderá ser elevada em até 10% desse valor, ficando, ainda, condicionada à interposição de qualquer outro recurso ao depósito desse valor (art. 538, parágrafo único, do CPC).

O retrato do Superior Tribunal de Justiça revela a aplicação de sanções pecuniárias em alguns destacados acórdãos do STJ, que podem balizar e pulverizar essas medidas como forma de racionalizar e frear a indevida e abusiva interposição de recursos no STJ, especialmente, em recursos contrários aos acórdãos paradigmas firmados em recursos especiais repetitivos. É o que se vê no julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento 1.070.868, da relatoria do Min. Teori Zavascki (*DJe* 18/02/2009):

Nesse panorama, registre-se que a parte agravante tinha ciência de que a matéria foi objeto de julgamento da Seção, sob o regime do art. 543-C do CPC, tendo sido expressamente enfatizada a “especial eficácia vinculativa”, atribuída ao precedente referido. Entretanto, nas razões de agravo, como explicitado, não há fundamento novo apto a infirmar os adotados no precedente da Seção. Desse modo, o agravo assim interposto deve ser considerado manifestamente infundado, para os fins do art. 557, § 2º do CPC, sob pena de tornar letra morta os elevados propósitos do legislador, ao estabelecer a forma especial de julgamento prevista no art. 543-C do CPC. Por tal razão, proponho a aplicação, à agravante, de multa de 1% sobre o valor da causa [...].

⁴⁷ Manifestação do Min. Teori Zavascki em 25/02/2010 em voto na questão de ordem no Ag 1.154.599/SP, Corte Especial, rel. Min. Presidente Ari Pargendler, rel. para acórdão Ministro Cesar Asfor Rocha, julgado em 16/02/2011, *DJe* 12/05/2011. Nesse voto, Teori Zavascki apresenta vários precedentes do STJ nesse sentido e consigna: “(...) Apreciando questão de ordem no REsp 1.025.220, Min. Eliana Calmon, *DJe* de 20/04/2009, a 1ª Seção considerou ser esse — e não a inadmissão do recurso — o meio adequado para preservar a autoridade do precedente em recurso repetitivo. A utilização rigorosa desse instrumento inibitório certamente concorrerá para realçar a importância e o significado que os precedentes devem merecer à luz do sistema previsto no art. 543-C do CPC. É o que vem ocorrendo no âmbito da 1ª Seção e de suas Turmas (v.g.: AgRg no REsp 1.056.336/RJ, 1ª Turma, Min. Eliana Calmon, *DJe* de 21/05/2009; AgRg no Ag 1.101.003/SP, 1ª Turma, Min. Hamilton Carvalhido, *DJe* 18/11/2009; AgRg no Resp 864.610/MG, 1ª Turma, Min. Denise Arruda, *DJe* de 24/11/2009; AgRg no REsp 1.075.854/SC, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, *DJe* de 17/12/2009; AgRg no Ag 1.068.455/RS, 1ª Turma, Min. Teori Albino Zavascki, *DJe* de 02/02/2010; AgRg no REsp 1.110.707/RJ, 2ª Turma, Min. Mauro Campbell, *DJe* de 10/09/2009; AgRg no REsp 1.135.966/PR, 2ª Turma, Min. Humberto Martins, *DJe* de 25/11/2009; AgRg no Resp 1.115.420/MG, 2ª Turma, Min. Castro Meira, *DJe* de 27/11/2009). Iniciativa semelhante registrou-se no âmbito da 4ª Turma, em casos relatados pelo Min. Aldir Passarinho Júnior (v.g.: AgRg no REsp 1.144.239/RS, *DJe* de 08/02/2010)”.

⁴⁸ SILVA, Ovídio A. Baptista da. Op. cit., p. 156.

⁴⁹ SILVA, A função dos tribunais superiores, p. 156.

Nesse sentido, ainda, em outros casos, o STJ entendeu pela aplicação de multa em agravos regimentais interpostos contra decisões cujas razões de decidir foram baseadas em precedentes consolidados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.⁵⁰

Vê-se que as multas estão como espécie inibidora de novos recursos protelatórios. A cultura da recorribilidade⁵¹ pode ser freada com a multa, que apresenta um caráter inibitório e uma forma de se fazer valer o precedente. No Agravo de Instrumento 1.313.116/GO, o Min. Herman Benjamin entendeu que o precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça “induz a imposição da eficácia vinculativa do precedente aos casos análogos” e que, portanto, para discutir questão já apreciada em recurso submetido ao rito dos recursos repetitivos na forma do art. 543-C do CPC “atrai a aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, daquele Código”. No caso, aplicou multa de 10% sobre o valor atualizado da causa (art. 557, § 2º, do CPC).⁵²

A aplicação de sanções processuais, como previsto expressamente na legislação processual civil

e pulverizada em precedentes do STJ, é medida que se faz necessária contra recursos infundados e meramente protelatórios e para a concretização das decisões em recursos especiais repetitivos, quando ausente ou não demonstrada a distinção (*distinguishing*) do caso em análise. A utilização dessas medidas inibitórias ressaltará a importância e o significado dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça no sistema dos recursos especiais repetitivos (art. 543-C do CPC).

Conclusões

Avaliada a efetividade dos recursos especiais repetitivos como instrumento de racionalização do sistema judicial brasileiro nas demandas de massa, chega-se à conclusão da necessidade de um reencontro do Superior Tribunal de Justiça com seus propósitos constitucionais. Konrad Hesse consigna que a Constituição de um país é um documento que possui força normativa própria e que essa força não está apenas na realidade, mas essencialmente na realização das tarefas previstas no texto constitucional.⁵³ Para Hesse, a Constituição pode impor tarefas, transformando-se numa força ativa se essas tarefas forem efetivamente realizadas. É preciso que se faça presente não só a “vontade de poder”, mas também a “vontade de Constituição”.⁵⁴

⁵⁰ Cf. o mesmo entendimento aplicado em outros casos: manutenção da multa aplicada pelo Tribunal de origem por litigância de má-fé à Fazenda Nacional, que interpôs recurso para discutir cabimento do depósito, apesar de entendimento contrário firmado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão (REsp 1.192.037, rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, DJ 28/06/2010). Caracteriza-se como evidentemente protelatório recorrer, por meio de petição padronizada, de decisão rigorosamente pacífica (AgRg-REsp 163.883, rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, DJ 15/06/1998). O recurso que alega simplisticamente que o tema não foi abordado revela-se manifestamente infundado, protelando a rápida solução do litígio, estando sujeita à multa prevista no art. 557, §2º, do CPC, de 1% (AgRg-REsp 907-411, rel. Min. Aldir Passarinho Jr., 4ª Turma, DJ 28/05/2007).

⁵¹ Cf. EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.207.969/AM, 3ª Turma, rel. Min. Ricardo Villas Boas Cuêva, DJe 09/10/2012: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, FIXADA E MAJORADA. INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS CONDICIONADA AO DEPÓSITO DA MULTA APLICADA. NÃO RECOLHIMENTO. PRESSUPOSTO RECURSAL OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. 1. O recolhimento da multa fixada e majorada com fundamento no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil é condição de admissibilidade objetiva dos novos embargos de declaração opostos. 2. A ausência de referido pagamento implica o não conhecimento dos declaratórios. 3. Embargos de declaração não conhecidos.

⁵² STJ, 2ª Turma, AgRg no AG 1.313.116/GO, Min. Herman Benjamin, DJe 27/09/2010: “Por fim, a interposição de Agravo Regimental para debater questão já apreciada em recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC atrai a aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, daquele Código. Diante do exposto, nego provimento ao Agravo Regimental, com aplicação de multa de 10% sobre o valor atualizado da causa (art. 557, § 2º, do CPC)”.

⁵³ Consigna Jorge Amaury Maia Nunes que “se se pode retirar uma imagem do dia a dia, a Constituição representa um instantâneo, uma fotografia, num dado momento, da resultante das forças dos exercentes do poder político. Ora, parece razoável admitir que os detentores do poder político – que não representam todo o tecido social e que possuem interesses localizados – têm a pretensão de fazer prevalecer o seu projeto de sociedade ou de pacto social. Como, entretanto, essas forças estão, normalmente, em confronto, a resultante fotografada não representa, a rigor, nenhuma sociedade existente, mas, sim, uma sociedade possivelmente desejada, ou somente admitida naquele momento em que o confronto das forças gerou a resultante. De outra parte, convém considerar que a realização da pretensão normativa da Constituição, defluente da maior ou menor correspondência com o querer social, configura importante fator de contenção, no sentido da manutenção do status quo. Em outras palavras, a força normativa da Constituição decorre do querer da sociedade e, ao mesmo tempo, a ela impõe conduta constitucional”. Cf. NUNES, Jorge Amaury Maia. Princípios constitucionais: interpretação visando à efetividade dos direitos fundamentais. *Revista Direito Público*, v. 1, n. 19, jan-fev/2008, pp. 99-100.

⁵⁴ “La constitución jurídica misma es capaz de convertirse en fuerza actuante cuando se sitúa en la disposición individual del presente. Verdad es que por sí sola no realiza nada sino que únicamente plantea una tarea. Pero se vuelve fuerza actuante cuando dicha tarea es asumida, cuando se está dispuesto a hacer determinar la conducta propia por el orden regulado por la Constitución, cuando se está decidido a imponer ese orden frente a cualquier cuestionamiento o ataque en base a circunstancias consideraciones de utilidad, cuando, por tanto, en la conciencia general y concretamente en la conciencia de los responsables de la

Os recursos especiais repetitivos não cumpriram ainda o papel de diminuir o número de recursos no STJ e, sobretudo, de uniformizar e racionalizar questões de direito relativas às demandas de massa no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Tribunais Regionais Federais. Tal tarefa, contudo, cabe ao próprio Superior Tribunal de Justiça, ao qual a Constituição Federal de 1988 reservou essa missão. A vontade constitucional para a realização dessa missão cabe primordialmente ao STJ, que, identificando seus pontos críticos, positivos e negativos, poderá aprimorar o seu papel de uniformizador da legislação federal. O resgate do papel constitucional do STJ só pode ser feito pelo próprio STJ.

No sentido de contribuir para o reencontro do STJ com o seu papel constitucional, apresentam-se conclusões ao mesmo tempo retrospectivas e prospectivas.

As decisões do Superior Tribunal de Justiça em recursos especiais repetitivos têm vinculação implícita. Não se trata de vinculação persuasiva ou obrigatória. O papel do STJ de uniformizador da legislação infraconstitucional é claro no texto constitucional de 1988.

Com a vinculação implícita das decisões em recursos especiais repetitivos, o trabalho dos advogados passará de quantitativo para qualitativo, eis que o advogado deverá fazer a distinção de seu caso com o paradigma, identificando a *ratio decidendi* e o *obiter dictum*. Não há engessamento. As decisões paradigmas em recursos especiais repetitivos possuem uma *ratio* com idêntica questão de direito e, na linha preconizada por Neil MacCormick, é possível a universalização de teses com idêntica questão de direito de modo a racionalizar o sistema processual.

Aliado a isso, as sanções processuais devem ser efetivamente aplicadas como medida de concretização das decisões em recursos especiais repetitivos. Caso a parte não demonstre a distinção (*distinguishing*) do seu caso, recorrendo de forma protelatória, a aplicação da sanção pelo STJ deve ser imediata. Os advogados brasileiros, em parte, estão viciados na lógica da recorribilidade. Há uma longa tradição alicerçada no Código de Processo Civil de 1973 do “vício” nos recursos. Os advogados devem passar por um processo de “desintoxicação”, como adverte Ovídio A. Baptista da Silva.⁵⁵ Os precedentes

formados pela sistemática do art. 543-C do CPC devem ser valorizados pela sua evidente e especial eficácia expansiva, de modo a não se tornarem letra morta. Esses precedentes devem ser “imunizados contra ataques infundados ou meramente protelatórios”.⁵⁶

O STJ poderá direcionar suas metas para a qualidade e racionalidade e não para a quantidade de processos julgados, mesmo porque, não há qualquer possibilidade de um Ministro do STJ julgar 56 processos por dia ou 7 por hora.

Aldir Passarinho Júnior, em sua última sessão como Ministro do STJ, após treze anos no cargo, salientou que seu desejo era “ter tempo suficiente para mergulhar fundo nos processos, pesquisar intensamente jurisprudências e doutrinas nacionais e estrangeiras, construir teses sólidas precedidas de exaustivo debate”.⁵⁷

Identificados esses pontos, apresentam-se prospectivamente essas conclusões no propósito do reencontro do próprio Superior Tribunal de Justiça com a vontade da Constituição de 1988. Para se chegar lá, não há receitas prontas e soluções imediatistas. O propósito do trabalho é alinhar, quiçá, pontos que poderão ser levados para a pauta da concretização da efetividade dos recursos especiais repetitivos. E essa pauta cabe primordialmente ao próprio STJ.

Referências

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Recursos repetitivos. *Revista de Processo*, v. 35, n. 185, julho, 2010, pp. 265-281.

_____. Os recursos especiais repetitivos no STJ: um breve balanço do primeiro ano de aplicação do art. 543-C do CPC. *Revista da AGU*, Brasília, DF, v. 8, n. 22, pp. 51-66, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/37005>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

vida constitucional se halla viva no solamente la voluntad de poder sino, sobre todo, la ‘voluntad de Constitución’. HESSE, Konrad. La fuerza normativa de la Constitución. In: *Escritos de derecho constitucional*. Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1983, pp. 70-71.

⁵⁵ SILVA, A *função dos tribunais superiores*, p. 156.

⁵⁶ Manifestação do Min. Teori Zavascki em 25/02/2010 em voto na questão de ordem no Ag 1.154.599/SP, Corte Especial, rel. Min. Presidente Ari Pargendler, rel. para acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 16/02/2011, *DJe* 12/05/2011.

⁵⁷ Declaração dada na última sessão do Min. Aldir Passarinho Júnior na Corte Especial do STJ em 18 de abril de 2011. O Ministro entrou no STJ em 1998 e ficou até abril de 2011. Nesse período, recebeu 103 mil processos e julgou 114 mil.

BENETI, Sidnei Agostinho. Assunção de competência e fast-track recursal. *Revista de Processo*, v. 34, n. 171, maio, 2009, pp. 9-23.

BRITTO, Carlos Ayres. *Teoria da constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2000.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. *Revista de Processo*, v. 160, p. 83. Jun/2008DTR\2008\347.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *Recursos para os tribunais superiores: recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência e agravos*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2012.

HESSE, Konrad. La fuerza normativa de la Constitución. In: *Escritos de derecho constitucional*. Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1983, pp. 59-84.

MACCORMICK, Neil. *Retórica e Estado de Direito*. Tradução Conrado Hübner Mendes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. *Argumentação jurídica e teoria do direito*. Tradução Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. *O STJ enquanto corte de precedentes: recompreensão do sistema processual da corte suprema*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, n. 49, 2009, pp. 11-58.

NUNES, Jorge Amaury Maia. *Segurança jurídica e súmula vinculante*. São Paulo: Saraiva, 2010. (Série IDP.)

_____. Princípios constitucionais: interpretação visando à efetividade dos direitos fundamentais. *Revista Direito Público*, v. 1, n. 19, jan-fev/2008, pp. 99-100.

OLIVEIRA, André Macedo de. Efetividade Jurisdicional: recursos repetitivos, repercussão geral e o Conselho Nacional de Justiça. *Observatório da Jurisdição Constitucional*, v. ano 4, 2010, pp. 1-14.

_____. Democratizando o acesso à justiça: juizados especiais federais, novos desafios. In: MIRANDA, Alessandra de la Vega... [et. al.] (org.). *Estudos de direito público: desafios e utopia*. Porto Alegre: Síntese, 2001.

PASSOS, J. J. Calmon. As razões da crise do nosso sistema recursal. In: *Meios de impugnação ao julgado civil: Estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*. Coordenador: Adroaldo Furtado Fabrício. Rio de Janeiro: Forense, pp. 365-381.

_____. Súmula vinculante. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, v. 9, n. 1, jan./mar. 1997, pp. 163-176.

PICARDI, Nicola e NUNES, Dierle. O Código de Processo Civil Brasileiro: Origem, formação e projeto de reforma. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 48, n. 190 abr./jun., 2011.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. A função dos tribunais superiores. In: *STJ 10 anos: obra comemorativa 1989-1999*. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999.

TARUFFO, Michele. Precedente e giurisprudenza. *Revista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 61, n. 3, sett. 2007, p. 709-725.

_____. Cinco lecciones mexicanas: memória del taller de derecho procesal. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, Escuela Judicial Electoral, 2003.